Ensino superior brasileiro:
notas sobre a origem e a expansão

Priscila Azevedo de Amorim
Mestre em Educação e Ensino - Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE)
E-mail: priscilaazevedo23@yahoo.com.br

José Deribaldo Gomes dos Santos
Professor do Mestrado Intercampi em Educação e Ensino - Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE)
E-mail: deribaldo.santos@uece.br

Marcos Adriano Barbosa de Novaes
Mestre em Educação e Ensino - Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE)
E-mail: marcos.educare@hotmail.com

Resumo: Este artigo procura discutir sobre a expansão do ensino superior brasileiro baseando-se na análise bibliográfica-documental e quali-quantitativa, subsidiada pelo materialismo histórico-dialético. Inicialmente, destaca-se o surgimento das primeiras instituições de ensino superior (IES), as quais se originaram somente após a chegada da corte Portuguesa ao Brasil (1808). Em seguida, destacamos as iniciativas, que apenas permitiram determinada expansão da Educação Superior (ES) a partir dos anos 1960, acompanhada, por sua vez, por decretos e leis que moldaram o acesso a esse nível de ensino. A comunicação apresenta alguns dados numéricos que são disponibilizados pelo MEC/INEP, através do qual se pode verificar avanços e retrocessos da ES. Por último, a exposição destaca que as políticas públicas estatais, lançadas após o início da década de 1990, objetivam atender à demanda do acesso a esse nível de ensino.

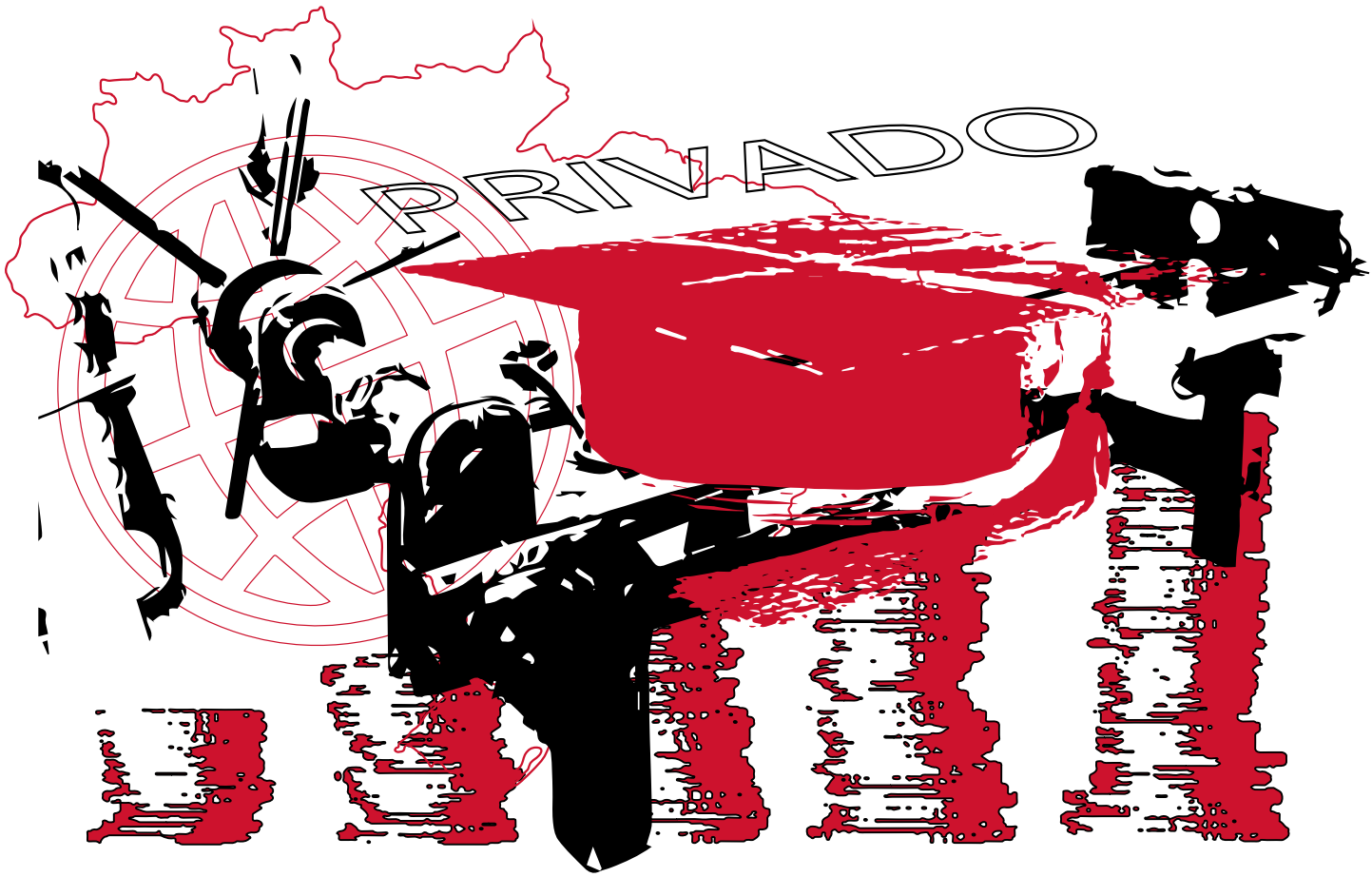
Palavras-chave: Ensino Superior. Origem. Expansão.

Introdução

Segundo o Ministério da Educação (MEC/INEP, 2015), do total das 2.364 Instituições de Ensino Superior (IES) existentes em 2015, 846 estavam localizadas nas capitais e 1.518 em cidades do interior. Aparentemente, tais dados revelam um movimento de expansão e de interiorização do Ensino Superior (ES). A partir desses dados, surgiram algumas indagações: como se constituiu o processo de expansão do ES brasileiro? Podemos afirmar que realmente ocorreu uma expansão neste nível educacional?

Partimos do pressuposto que as IES foram surgindo e ampliando-se devido ao seu favorecimento às estratégias do desenvolvimento econômico; assim, em nome da democratização do ensino e como consequência desse processo, houve a expansão.

Dito isso, nos debruçamos neste trabalho com o



fito de investigar o processo de expansão do ensino superior brasileiro. Para alcançarmos este objetivo, propomos, especificamente, descrever o surgimento das primeiras IES, bem como observar o processo de constituição do ensino universitário brasileiro e analisar as principais políticas educacionais a favor da expansão do ES.

Nosso trabalho é fundamentado nos pressupostos da ontologia marxiana, a qual considera que os fatos não podem ser analisados fora de um contexto social, político e econômico, entre outros. A pesquisa apoia-se na abordagem quali-quantitativa, alicerçada por instrumental de coleta de dados, cuja base fundamenta-se na análise teórico-bibliográfica e documental, articulando esta aos principais autores que aludem à temática. Apresentamos também os dados de uma pesquisa empírica extraída de dados contidos em documentos governamentais emitidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Por este prisma, observamos que a expansão das IES vem ocorrendo, porém não nos moldes desejados pela classe trabalhadora, via pública e para todos. Ao contrário, ela foi submetida a medidas de caráter privado, agindo em perfeita sintonia a favor da lucratividade de uma pequena parcela – os empresariados da educação –, sustentando e desenvolvendo o modelo capitalista.

O iniciar de uma caminhada: surgimento das primeiras IES brasileiras

Inicialmente, a educação era difundida e fomentada em seu sentido *lato*, através dos diferentes conhecimentos compartilhados cotidianamente. Com as mudanças socioeconômicas, ela passa gradativamente a operar em sentido estrito e escolar.

Ao contrário de outros países que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial – a exemplo da Inglaterra –, o Brasil teve que esperar o final do século XIX para ver surgir as primeiras instituições deste nível (SOUSA, 2008). Antes, no nosso país, não havia uma educação formalizada ou regulamentada.

Segundo Saviani (2010, p. 5), a chegada dos jesuítas ao Brasil, datada de 1549, proporcionou o surgimento dos primeiros cursos de filosofia e teologia. No entanto, o autor aponta que ainda não se pode afirmar a existência do ensino superior. Foi somente em 1808 que estes cursos foram sendo instalados no Brasil, após a chegada do Rei D. João VI.

Ameaçado pelas tropas napoleônicas na sede de Portugal, o Rei D. João VI decide passar a viver na colônia brasileira. A presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro gerou uma série de mudanças políticas, sociais e econômicas, dentre as quais a criação de escola de ensino superior, que, logo após o seu aperfeiçoamento e crescimento, fez surgir diversos cursos, como aponta Saviani (2005, p. 5):

> Surgiram, então, os cursos de Engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817, e o Curso de Desenho Técnico (1818).

Apesar do surgimento desses cursos, a importância dada à educação ainda se encontrava em segundo plano. Observa-se que nesses períodos ainda não havia universidades ou mesmo faculdades, mas cursos superiores isolados (cátedras).

Somente no ano de 1827 surgiram as primeiras faculdades brasileiras: a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo; e a Faculdade de Direito do Recife. Por conseguinte, mediante à iniciativa de Anísio Teixeira, em 1934, foi fundada a Universidade de São Paulo, passando a incorporar a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SAVIANI, 2010. p. 5), sendo subsidiada pelos recursos do estado de São Paulo. Em 1937, por iniciativa do Ministro da Educação Gustavo Capanema, os cursos da Universidade de São Paulo foram incorporados à Universidade do Brasil (Lei nº 452, de julho de 1937). Em 1946, foi criada a Universidade Federal de Pernambuco, que incorporou a Faculdade de Direito do Recife.

Somente no ano de 1827 surgiram as primeiras faculdades brasileiras: a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo; e a Faculdade de Direito do Recife. Por conseguinte, mediante à iniciativa de Anísio Teixeira, em 1934, foi fundada a Universidade de São Paulo, passando a incorporar a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SAVIANI, 2010. p. 5), sendo subsidiada pelos recursos do estado de São Paulo. Em 1937, por iniciativa do Ministro da Educação Gustavo Capanema, os cursos da Universidade de São Paulo foram incorporados à Universidade do Brasil (Lei nº 452, de julho de 1937). Em 1946, foi criada a Universidade Federal de Pernambuco, que incorporou a Faculdade de Direito do Recife.

Cunha (2003) destaca que, durante todo esse período, existia um forte interesse da elite em propalar a educação superior, porém, esse acesso ficava restrito a esta classe, com intuito de perpetuar a sua hegemonia.

Santos (2012, p. 69) ressalva que o governo brasileiro em 1911 já se preocupou em estabelecer medidas para conter a crescente entrada de jovens no ensino superior, formulando suas leis através de decretos. Dentre as inúmeras iniciativas de contenção, podemos destacar o Decreto nº 8.659, que cria, entre outras medidas, os exames de admissão; o Decreto nº 11.530, que cria o exame de vestibular; e o *clausus*, promulgado no dia 13 de janeiro de 1925, que buscava limitar a entrada de estudantes em certos cursos e conduzi-los para cursos menos procurados, que dispunham de vagas ociosas (CUNHA, 2003, p. 158).

Acerca da criação de instituições superiores no período da República, Fávero (1980, p. 111) destaca que:

> [...] até a promulgação da República, foram fundadas mais 13 escolas de ensino superior, chegando a 14 o número de estabelecimentos de ensino superior. Da Proclamação da República até a Revolução de 1930, quando se dá a queda da República Velha, foram criados mais 72 estabelecimentos desse nível, perfazendo, então, o total de 86. E, finalmente, da Segunda República até 1945, foram criadas mais 95 escolas de nível superior.

Desse modo, ao analisarmos este primeiro momento do surgimento dos primeiros cursos e instituições de ensino superior, constatamos que no Brasil, somente após a chegada da família real, vimos surgir as

primeiras IES. Mesmo diante dos reais interesses com os quais foram criados os cursos de nível superior no Brasil, bem como das limitações vivenciadas naquela época, podemos afirmar que todo esse contexto propiciou o surgimento das primeiras IES brasileiras. Veremos no próximo tópico como esse contexto foi tomando proporções maiores, acarretando de fato a expansão desse nível de educação no nosso país.

Breves considerações sobre a expansão do ensino superior

Observando este primeiro momento, podemos aferir que o desenvolvimento do ES brasileiro foi consolidado a partir da necessidade de uma pequena parcela da sociedade: a elite. Tradicionalmente, esse nível de ensino restringiu o seu acesso. Saviani (2007, p. 441) afirma que "a história da educação brasileira escreve uma evolução marcada pelas desigualdades, desde tempos remotos".

István Mészáros (2012) assevera existir uma crise aguda[1], sem precedentes no interior do capital, originada na década de 1970, e tem trazido grandes repercussões, desde a época em que se inicia até a atualidade. Para tentar superá-la, o capitalismo tem lançado estratégias como a reestruturação produtiva, a financeirização do capital e o neoliberalismo. No Brasil, a adesão do neoliberalismo e, consequentemente, o processo de reestruturação produtiva se efetivou somente nos anos de 1990.

A crise estrutural exigiu dos países de economia periférica da América Latina – entre eles o Brasil – mudanças profundas na organização dos seus sistemas nacionais de educação. Os governos de bases neoliberais, a fim de atender ao crescimento da taxa de lucro, promovem uma série de estratégias para as políticas públicas educacionais sob a gerência do Banco Mundial (BM). Gentili (2001) nos apresenta uma síntese dessas medidas, apontando três eixos principais: I) o ajuste da oferta, que se traduz pela redução dos investimentos públicos destinados a financiar a prestação de serviços educacionais, reduzindo, assim, os investimentos com docentes, técnico-administrativo e infraestrutura; II) a reestruturação jurídica do sistema, através da aprovação de um conjunto de novas leis, decretos e medidas provisórias que alteram as bases educacionais; e III) a redefinição profunda do papel do Estado: "este se afasta do 'Estado docente' ou 'Estado cuidador' e passa a assumir o papel de 'Estado avaliador'" (GENTILI, 2001, p. 2).

A educação, para esse cenário, é chamada a criar condições de "inclusão" que amenizem os efeitos dessa situação. Com esta necessidade de apropriação e ampliação do capital, alargam-se os desejos de estender a educação a comunidades que antes eram excluídas, por meio dos cursos isolados. Neves (2012) fala que a partir de 1970 se iniciou a criação de cursos isolados que tinham uma tendência maior para o interior de alguns estados brasileiros. Esse movimento caracterizou o processo de interiorização do ES, permitindo que várias pessoas tivessem acesso à formação superior. Porém, convém ressaltar que foi somente na década de 1990 que o movimento de interiorização do ensino superior no Brasil se expandiu. A expansão e a interiorização tiveram suas bases

A crise estrutural exigiu dos países de economia periférica da América Latina – entre eles o Brasil – mudanças profundas na organização dos seus sistemas nacionais de educação. Os governos de bases neoliberais, a fim de atender ao crescimento da taxa de lucro, promovem uma série de estratégias para as políticas públicas educacionais sob a gerência do Banco Mundial (BM).

firmadas tanto na necessidade de aumentar o acesso ao ensino superior, devido às cobranças advindas da população, como também esteve atrelada à necessidade de formar mão de obra qualificada para o mercado. Quando as instituições de ensino superiores já não tinham espaço nas grandes cidades, "passaram a ser instaladas em cidades do interior. Neste momento histórico de tanta perplexidade e incertezas, houve um despertamento para a necessidade de instrumentalizar o ser humano para enfrentar a nova ordem mundial" (FERNANDES, 2009, p. 189).

Veremos agora os dados numéricos nos quais é mostrado como a expansão do ES foi se efetivando, chegando a atingir classes até então excluídas, analisando os indicadores de aumento das instituições e matrículas. Observaremos os dados a partir da déca-

da de 1960, que, conforme Neves (2012), foi o período em que ocorreu o processo de expansão do ensino superior brasileiro.

Neves (2012, p. 5) destaca que foi a partir dos anos 1960 que se iniciou o processo de expansão do ensino superior. Segundo a autora, "ocorreu o crescimento quantitativo da matrícula, produzindo a abertura do ensino superior a extratos ou camadas sociais médias". A explicação para este aumento nos indicadores do ensino superior, a partir dessa década, se deu pela pressão populacional para abertura de vagas para esse nível de ensino, já que os jovens, mesmo atingindo a nota mínima no vestibular, não tinham garantias de cursar a graduação superior.

O Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE), sentindo-se pressionados pela população para a ampliação das vagas no ES, autorizaram as multiplicações dos estabelecimentos de iniciativa privada, o que explica porque nesse período ocorreu um aumento nos indicadores do ensino superior privado.

Entre os anos de 1980 a 1995, o Brasil vivenciou um período de estagnação econômica e política, influenciando um período de baixo crescimento nas matrículas das IES. O crescimento das matrículas foi retomado no ano de 1997, quando se adotam as políticas públicas educacionais, momento este que, segundo Neves, pode-se observar a segunda onda de expansão.

> Apenas para se ter uma referência do aumento da dimensão do setor privado, deve-se mencionar que na metade da década de 1960 suas instituições eram responsáveis por 43% do total das matrículas e, no início dos anos de 1980, já absorviam 63% do alunado" (MARTINS, 2002, p. 200, *apud* SAMPAIO, 2000).

Assim, a demanda solicitada foi sendo cumprida pelo setor privado. Saviani (2010, p. 9) nos fala que:

> o projeto de reforma universitária (Lei nº 5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar, que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

Assim, o ensino superior foi se consolidando, atendendo restritamente às precisões da população e, com maior amplitude, às necessidades do mercado.

Segundo os dados disponíveis pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP/2010), ocorreu uma evolução não contínua e progressiva das matrículas do ensino superior entre os anos de 1960 a 2010, o que revela momentos de expansão como de estagnação do ensino superior (ES). Neves (2012, p. 6) nos fala que "até os anos 80, o crescimento da matrícula no ES deu-se de modo acelerado", na base de aproximadamente 1 milhão de novas IES, fenômeno que a autora afirma ser uma primeira onda de expansão da educação superior. Este momento configura-se como sendo um período contínuo da evolução das matrículas, que vai de 1960 a 1980.

Entre os anos de 1980 a 1995, o Brasil vivenciou um período de estagnação econômica e política, influenciando um período de baixo crescimento nas matrículas das IES. O crescimento das matrículas foi retomado no ano de 1997, quando se adotam as políticas públicas educacionais, momento este que, segundo Neves, pode-se observar a segunda onda de expansão. "Esse período de expansão foi marcado pelo crescimento do segmento privado IES, definindo o padrão geral dessa expansão" (2012, p. 6). Observa-se que a década de 1990, no Brasil, foi um período marcado pelas ideias do desenvolvimento neoliberal. Sua política privatizante influenciou diversos setores, inclusive o educacional. É válido ressaltar que, em 1999, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou dados da evolução do número de instituições de ES entre os períodos de 1980 a 1998, destacando que, em 1980, só contávamos com 882 e, em 1998, chegamos a atingir 973 IES, "o que significa uma expansão do setor público e privado, na ordem de 10,32%, aproximadamente" (INEP, 1999, p. 13).

Apesar de não termos condições de aprofundarmos a discursão neste momento, cabe ressaltar que no ano de 1995 é criado o Plano Diretório da Reforma do Estado. Com este plano, a educação superior torna-se um serviço não exclusivo do Estado, ou seja, as universidades passam a ser consideradas organizações sociais que prestam serviços ao Estado e estabelecem um contrato de gestão, o que colabora para a manifestação das instituições públicas não-estatais e privadas.

O crescimento das IES saltou de 882 no ano de 1998 para 2.364 em 2015 (MEC/INEP, 2015), o que revela uma expansão do número de IES. Observando mais especificamente esses números, constatamos que a característica principal dessa expansão das IES se dá pelo surgimento de inúmeras instituições privadas, que somam 2.069; enquanto as públicas, 295 no ano de 2015 (MEC/INEP, 2015).

No Brasil, ocorre o processo de expansão das IES, porém, cabe ressaltar um paradoxo: apesar do incremento das diversas multiplicidades de instituições de ES e da ampliação dos números de IES, "a taxa de escolarização de jovens com idade entre 18 e 24 anos, no ano de 2014, gira em torno de 17,6%" (MEC/INEP, 2014), o que prova serem insuficientes as vagas existentes para garantir o acesso, diante da grande demanda da população ao ES. Conforme o observatório Nacional do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2015, a taxa é de apenas 18,1%, considerada ínfima em relação à meta 12 do PNE, a qual prevê a elevação para 33% da taxa líquida de matrículas na Educação Superior até 2024.

Ressalvamos que esses fatos se encontram alinhados ao projeto neoliberal, que ganhou destaque no Brasil após o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e prosseguiu com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Esses dois governos, seguindo as orientações neoliberais, transformam a educação, especificamente a superior, em mais uma nova mercadoria. Os programas de financiamento educacional adotados por esses governos acabaram por dar ênfase à expansão das instituições superiores privadas e, em contrapartida, reduziram os investimentos para o setor público.

Jimenez e Maria das Dores (2007) esclarecem que no Brasil, a partir de 1990, por meio do "Projeto de Educação para Todos", o Banco Mundial adquiriu o comando da educação. Neste momento, foi adotada uma política de caráter assistencialista, gerenciada com recursos privados, agindo exatamente como recomendaram os idealistas do neoliberalismo. Sinteticamente, Gentili (2001) apresentou três principais eixos estratégicos adotados no âmbito das políticas públicas educacionais sob a gerência do BM: o ajuste da oferta, a reestruturação jurídica do sistema e a redefinição da função do Estado. Essas medidas, no âmbito das políticas educacionais, acarretaram a criação de distintas IES, porém, de carácter privado.

Todos os momentos de euforia e estagnação das matrículas no ensino superior foram influenciados por períodos de reestruturação da própria ordem econômica. O capitalismo tem permitido a expansão do ensino superior movido pelo desejo da lucratividade que seus diplomas geram.

Um olhar preliminar rumo às políticas de acesso ao ensino superior brasileiro

A gestão adotada pelo governo brasileiro para a educação, os valores, metas e objetivos encontram-se influenciadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais que formam o quadro das políticas educacionais da atualidade.

> [...] as reformas educativas executadas em vários países do mundo europeu e americano, nos últimos anos, coincidem com a recomposição do sistema capitalista mundial, o qual incentiva um processo de reestruturação global da economia regido pela doutrina neoliberal (LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOCHI, 2011, pp. 33-34).

De modo geral, a política neoliberal impactou profundamente a educação brasileira. Neste contexto, ocorreu o alinhamento dos projetos nacionais, da política econômica neoliberal e das orientações dos organismos financeiros internacionais: Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Haiashida (2014, p. 83) discute sobre esta influência:

> O neoliberalismo apresenta traços marcantes, dos quais se destacam: as mudanças realizadas

> no processo de produção com a incorporação das descobertas científicas e tecnológicas; o livre funcionamento do mercado na regulação da economia; e, por fim, a redução do papel do estado e a volta do ideário do estado mínimo.

Dentro desse contexto, o modelo de educação tendeu a se reestruturar. A escola é levada a formar indivíduos capazes de aprender em um contexto de múltiplas transformações e adaptação tecnológicas e sociais. Desse modo, a educação deve acolher as necessidades de formação tecnológica que atenda a uma qualificação profissional e preparo para a vida do mundo do trabalho.

Sobre o acesso à educação superior, vejamos o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e seu artigo 26 dispõe:

> Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Sendo assim, o acesso aos estudos superiores deve estar acessível a todos em plena igualdade; porém, baseada no mérito. De modo semelhante, o inciso V do art. 208 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) pressupõe a competência individual, isto é, o mérito de cada pessoa, para assegurar a garantia de acesso ao ensino superior, estabelece a seleção e classificação perante um número limitado de vagas, já que não há vagas suficientes para todos, o que se diferencia dos níveis fundamental e médio, que possui garantia de atendimento a todos, segundo os incisos I e II do art. 208 da CF/88.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI (1998), em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, também fala que a admissão à educação superior deve ser baseada no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação individual de cada pessoa. Em seu artigo 3, aponta que "como consequência, o rápido e amplo aumento da demanda pela educação superior exige, quando procedente, que em todas as políticas futuras referentes ao acesso à educação superior dê-se preferência a uma aproximação baseada no mérito individual" (UNESCO, 1998).

Assim, para que o indivíduo tenha acesso ao ensino superior, este deve se esforçar, buscar a capacidade para enfrentar uma concorrência – já que as vagas nas IES são limitadas –, prestar o vestibular e tentar enquadrar-se dentro das vagas fornecidas. Aqueles que se enquadram dentro das vagas são tidos como capacitados perante a sociedade.

Observa-se que parece existir uma controvérsia acerca da formação dos filhos dos trabalhadores e dos burgueses. Os primeiros, em sua jornada de estudos (ensino Fundamental e Médio), cursam em escolas públicas e, quando vão para a o ensino superior, tendem a cursar em instituições particulares. Já os segundos, tendo condições para pagar por seus estudos, cursam o ensino fundamental e o médio em instituições particulares, mas, quando vão cursar o superior, o fazem nas IES públicas. Será que grupos menos favorecidos socialmente e culturalmente poderão de igual modo concorrer com outros mais favorecidos?

A solução tomada pelo governo brasileiro nas ultimas décadas para tornar acessível esse nível de ensino às diversas classes sociais foi a adesão de políticas de apoio e financiamento da educação superior, tais como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que, entre seus objetivos, deseja ampliar as Universidades Federais. Nesta análise, das diversas políticas destinadas a promoverem o acesso à educação superior, analisou-se o FIES e PROUNI, por serem os programas que mais contribuíram para o processo de mercantilização deste nível de ensino.

O relatório apresentado pelo PROUNI em 6 de janeiro de 2015 apontou que, no ano de 2014, foram ofertadas 1.049,645 bolsas integrais e 447.580 parciais. No estado do Ceará, foram 26.063 vagas preenchidas, sendo que, no Nordeste, foram 229.865 bolsistas (MEC/PROUNI, 2015).

O FIES (Lei nº 10.260) é o programa do Ministério da Educação que, em acordo com os bancos, financia cursos de nível superior em instituições privadas. Acerca desses financiamentos, os dados estatísticos divulgados no relatório de gestão do

programa, disponibilizados pelo Banco do Brasil (2015), evidenciam que foram formalizados 129.642 novos contratos estudantis, no montante de R$ 6,5 bilhões, número bastante expressivo se comparado ao de 2014 – época em que foram realizados 732 mil contratos do FIES. É importante frisar que, do total, 75% dos alunos que aderiram o FIES são oriundos de escolas públicas (MEC/FIES, 2014).

Como já assinalado anteriormente, em 2015, foram 2.364 IES no total. Desse número, 295 são públicas e 2.069 são de caráter privado. Esses resultados nos possibilitam dizer que as políticas públicas de acesso ao ensino superior aderiram ao regime do setor privado. Acerca desta problemática, observa-se que no ano de 2015, em nível de Brasil, havia cerca de 8.027.297 milhões de alunos matriculados no ensino superior. No tocante, o que preocupa é a supremacia das IES de pequeno porte (faculdades), pois estas atingem cerca de 92% do total (MEC, INEP, 2015). Assim, podemos pressupor que boa parte dos que estão no ensino superior tem recebido uma educação precarizada e fragmentada, já que muitas das faculdades encontram-se em estado crítico quanto ao número de professores e à infraestrutura, entre outros graves problemas. Pensando de outro modo, a diversificação das IES (EAD, pública privado, privado, licenciaturas etc.), a formação aligeirada e a liberdade de algumas dessas instituições não necessitarem articular o ensino com a pesquisa e extensão comprovam a precarização da educação superior.

Considerações finais

Destacamos que nosso intuito é possibilitar a compreensão e estimular o surgimento de novos estudos. Uma análise acerca do ES brasileiro necessita de mais tempo, espaço e dedicação para que possamos compreender detalhadamente o processo, desde a sua gênese até o estado atual, e assim podermos, talvez, apontar maiores considerações.

Preliminarmente, constatamos que o aparecimento da educação superior no Brasil surgiu após a chegada da corte portuguesa às terras coloniais. De início, foram surgindo as cátedras, as quais, ao longo dos tempos, foram sendo substituídas por cursos mais formalizados, dando origem às primeiras faculdades, e, por fim, com o ajuntamento de diversos cursos, foi possível a criação das universidades. Aferimos ainda que, desde os primeiros cursos de nível superior, estes foram destinadas aos filhos da elite.

Averiguou-se que, em 1970, o capital promove sua reestruturação produtiva, ideológica e política de dominação sob o advento do neoliberalismo. No Brasil, as ideias neoliberais tiveram maior ênfase a partir de 1990. Nesse período, observou-se que, referente à educação superior, uma política de caráter assistencialista foi adotada, gerenciada com recursos privados, agindo exatamente como recomendaram os idealistas do neoliberalismo. Criam-se inúmeras políticas públicas, lançadas pelo governo brasileiro após o início da década de 1990, a fim de atender à demanda do acesso a essa modalidade de ensino.

Em 2015, foram 2.364 IES no total. Desse número, 295 são públicas e 2.069 são de caráter privado. Esses resultados nos possibilitam dizer que as políticas públicas de acesso ao ensino superior aderiram ao regime do setor privado. Acerca desta problemática, observa-se que no ano de 2015, em nível de Brasil, havia cerca de 8.027.297 milhões de alunos matriculados no ensino superior.

Observamos que a expansão foi se efetivando, porém, valorizando a extensão via privada. Na esteira, vimos que programas "formulados" pelo governo fizeram com que o ES atingisse um número considerável da classe trabalhadora, principalmente via FIES e PROUNI, deixando de ser apenas um espaço de formação de intelectuais para a elite, passando também a atender a inúmeros alunos até então desprovidos do ES. No entanto, nos questionamos: que tipo de formação está sendo ofertada a esses alunos? Será que existe disparidade entre a formação dada aos filhos dos trabalhadores e aos filhos da elite? Estas interrogações, entre tantas outras, nos mostram claramente a necessidade de maiores estudos acerca do tema. US

nota

1. O autor Mészáros (2011) defende a tese de que o sistema capitalista entra em uma crise aguda, denominada por ele de crise estrutural nos anos de 1970, influenciada por diversos fatores, entre eles a queda da taxa de lucro, o baixo poder de consumo, a retirada do sistema taylorismo/fordismo e a decadência do modelo de Bem-Estar Social.

referências

BRASIL, LDB. **Diretrizes do plano nacional de educação - PNE**, lei nº. 10.172, de 6 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 16 abr. 2013.

BRASIL, MEC/INEP. **Censo da educação superior** - Divulgação dos Principais Resultados do Censo, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/sinopse-estatisticaicrodadosdocensodaeducacaosuperior-2010>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da educação básica:** 2010 - resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010.

BRASIL. MEC/INEP. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. p. 292.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Evolução do ensino superior:** 1980-1998. Brasília: INEP, 1999.

BRASIL. UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI:** visão e ação. Paris, 9 de outubro de 1998.

BANCO DO BRASIL. **Demonstrações contábeis exercício 2015.** Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T15DemoContLR.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino superior e universidade no Brasil. In LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

FÁVERO. Maria de Loudes de Alburquerque. **Universidade e poder:** Análise Crítica / Fundamentos Históricos - 1930-45. Rio de Janeiro. Achiamé. 1980.

FERMANDES, Zenilda, Botti. Metodologia pedagógica e suas implicações no cotidiano escolar. In: **Docência e formação de professores**: novos olhares sobre temáticas contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2009.

referências

GENTILI, Pablo. **Universidade na penumbra:** neoliberalismo e reestruturação produtiva. São Paulo: Cortez, 2001. 232p.

HAIASHIDA. Keila, A. **Quixadá**: centro regional de convergência e irradiação da educação superior (1983-2013). 2014. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: Notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. In: **Revista Cadernos de Educação**, Pelotas, RS, Ano 16, n. 28, jan./jun., p. 119-138, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS. Carlos, Benedito. A formação de um sistema de ensino superior de massa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - RBCS. Vol. 17 n. 48. 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012. 80p.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Ensino Superior:** expansão, diversificação e inclusão**.** 2012. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **12 - Educação Superior.** Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior/indicadores>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 26 jul. 2015.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas; Autores Associados, 2007.

_____. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SANTOS, Deribaldo. **Graduação tecnológica no Brasil**: Critica à expansão do ensino superior não universitário. Curitiba: CRV, 2012.

SOUZA, Paulo Nathanael. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. 2008. Disponível em: <http://universidades.universia.com.br/universidadesbrasil/historia-ensino-superior>. Acesso em: 27 maio 2015.